

ANÁLISE RETÓRICA DO DISCURSO: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Ivo José DITTRICH⁶

Resumo: Este artigo, predominantemente reflexivo e teórico, aborda questões relativas a discurso e persuasão, com ênfase nas problemáticas envolvidas na análise do discurso como um todo e na análise retórica em particular. Para isso, aborda princípios que deveriam dar suporte à análise de discursos com base na Retórica, propondo perspectivas teóricas e metodológicas para desenvolvê-la em âmbito mais amplo ou restrito.

Palavras-chave: Discurso. Análise do discurso. Análise retórica.

Abstract: *This paper, mainly reflexive and theoretical, approaches some questions about discourse and persuasion, whit focus on the problematics involved in the discourse analysis in a whole and the rhetorical one in particular. Therefore, approaches principles that should support a discourse analysis based on Rhetoric, proposing theoretical and methodological perspectives in developing it in a more restrict or amplified way.*

Keywords: *Discourse. Discourse analysis. Rhetorical analysis.*

⁶ Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras da UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu, Paraná – Brasil. E-mail: dtrch@unioeste.br

Introdução

O desafio de analisar discursos com base na Teoria Retórica configura-se como entrave e motivo para angústia, mesmo porque o uso da própria expressão – análise retórica do discurso (ou de discursos) ainda carece de suporte teórico-metodológico. Assim, pretende-se contribuir, apresentando reflexões e sugestões para estabelecer parâmetros que possam, pelo menos, nortear a análise retórica. Resultam, em grande parte, de leituras e releituras em diversas áreas, consequência de inquietações teóricas e decisões metodológicas na orientação de trabalhos acadêmicos.

Vale ressaltar que não se pretende apresentar um receituário definido e definitivo para a análise retórica de discursos, mesmo porque iria ao encontro do que preconiza qualquer análise de discurso, sempre interpretativa e fruto da reflexão e estruturação do analista. O risco de constituir um “molde”, por mais atraente, moldadora e emoldurada que poderia parecer tal alternativa, viria a empobrecer análises com novas perspectivas e outro espectro de objetivos. Assim, a intenção é preservar a capacidade de opção e reflexão no desenvolvimento de análises retóricas, oferecendo algumas diretrizes referenciais - nunca prescrições – que possam servir como suporte, inclusive para futuras revisões e novas perspectivas analíticas.

Análise do discurso

Cabe observar, de início, que a própria expressão “análise do discurso”, paradoxalmente, parece inserir uma contradição epistemológica, considerando que, pelo menos teoricamente, os procedimentos analíticos predominam nas ciências naturais, cujo objetivo reside em *explicar* os fenômenos, apoiando-se na lógica, na demonstração, na formulação de regras, na relação causa/efeito (MORIN, 2008). Ou ainda: na noção de analisar aparece implicada a metodologia cartesiana de dividir o todo em suas partes mínimas a fim de descrever o objeto, partindo do mais simples ao mais complexo. Dever-se-ia, portanto, falar em compreensão do discurso, visto que o *compreender* é característico das metodologias voltadas para a interpretação nas ciências humanas e sociais.

Abbagnano, (1982), por exemplo, fala da “noção de compreender como atividade cognoscitiva específica, diferente do conhecimento racional e das suas técnicas explicativas...”. Morin (op. cit., p.159) também entra no mérito de uma possível distinção ao dizer que “compreendemos o que sente o outro por projeção do que sentiríamos nós mesmos em

semelhante circunstância e por retorno de identificação sobre si do sentimento projetado no outro”, o que revela distanciamento com relação às clássicas metodologias positivistas. No geral, entretanto, seu posicionamento não é tão ortodoxo⁷, pois admite uma relação dialética entre o compreender e o explicar, respectivamente entre o analógico e o lógico, entre a subjetividade e a dessubjetivação, entre o concreto e o abstrato, entre análise e interpretação, portanto. Coaduna-se, assim, com a de Santos (1987), o qual assume que a própria contraposição entre ciências naturais e ciências sociais se encontra em questionamento, o que estaria apontando para o surgimento de um novo paradigma na epistemologia do conhecimento. Apesar da relevância destas questões metodológicas e epistemológicas, ainda é preferível permanecer com a expressão já consagrada – *análise do (de) discurso* -, invocando o sentido mais corrente do verbo analisar na sua similaridade semântica com observar, examinar, descrever, desde que com método e olhar crítico.

Também é importante considerar que “primeiro, análise do discurso não é apenas um método, mas trata-se de uma perspectiva abrangente na pesquisa da vida social e, segundo, que todos os métodos envolvem um espectro de pressupostos teóricos”⁸. (POTTER, 1996, p.132). A análise do discurso⁹, portanto, faz referência a um campo de estudos abrangente, disperso e diversificado, que estuda discursos com base em diferentes enfoques e perspectivas, tendo como objeto o discurso “em si mesmo”, ou seja, a análise do discurso não se vincula àquelas disciplinas que o utilizam como meio para alcançarem seus objetos, orientando-se pela busca de respostas a “o que o texto diz”? Ao contrário, aborda suas configurações, modos de dizer, efeitos de sentido, por exemplo. Com a devida ressalva sobre análise do discurso como metodologia, vale considerar o que diz Vergara (2010, p.19):

A análise do discurso presta-se ao leitor cujo objetivo de pesquisa não descarta o conteúdo, ou seja, o que está sendo dito sobre determinado tema, mas vai além. Investiga como o conteúdo é usado para o alcance de determinados efeitos. Assim, se é importante verificar a forma pela qual se diz alguma coisa, a análise do discurso é recomendada como método de pesquisa; se, ao contrário, basta verificar o que se fala, a análise de conteúdo parece viável.

⁷ Consulte-se, por exemplo, todo o Capítulo 7 de seu Método 3, dedicado às duplicidades do conhecimento, onde discute com propriedade a relação entre o explicar – tradicionalmente vinculado às ciências naturais – e o compreender – mais característico das ciências humanas e sociais.

⁸ “...first, discourse analysis is not just a method but is a whole perspective on social life and its research, and, second, that all methods involve a range of theoretical assumptions.

⁹ Apesar de sua relevância histórica e teórico-metodológica, a expressão não se restringe à “análise de discurso de linha francesa”, ou simplesmente AD, campo de estudos que tem origem e suporte nos estudos de Pêcheux (1969). Para uma boa compreensão dos seus princípios e procedimentos, consulte-se Orlandi (2002).

Acrescente-se, ainda, que Charaudeau e Maingueneau (2004), no respectivo verbete de seu Dicionário, dizem que à análise do discurso podem-se atribuir várias definições: “muito *amplas*, quando ela é considerada como um equivalente de ‘estudo do discurso’, ou *restritivas* quando, distinguindo diversas disciplinas que tomam o discurso como objeto, reserva-se esta etiqueta para uma *delas*”. Assim, uma das primeiras questões enfrentadas pelo analista de discursos reside em definir o enfoque teórico à luz do qual pretende desenvolver sua análise: compreender, descrever e explicar a sua fonte (*corpus*) – documento verbal, escrito, não verbal, ou ambos – e então definir em que extensão sua análise transcorrerá no interior do quadro teórico e metodológico escolhido. Pode-se compreender, portanto, a *análise retórica do discurso* como análise de discursos com base no potencial teórico-metodológico oferecido pela Teoria Retórica.

Imediatamente interligada às questões anteriores, aparece a própria caracterização do que é o discurso. Partindo do conceito de fato social como “toda maneira de atuar, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, que é geral na extensão de uma dada sociedade, conservando uma existência própria, independente das suas manifestações individuais” (DURKHÉIM, 1998, p.51), pode-se estender ao discurso essa compreensão na medida em que o sujeito submete-se às coerções que o exercício social da linguagem lhe impõe, ou seja, o sujeito nasce e cresce num ambiente social em que permissões e restrições já vêm estabelecidas. Além disso, é possível amparar-se em Foucault (2005, p.132), que compreende discurso como “conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva; [...] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência.” Entre estas condições de existência encontram-se permissões, mas também coerções sobre o que pode (ou não) ser dito em determinada circunstância, apontando, assim, para as relações de poder como constituintes do próprio discurso: os usuários não só interagem por meio do discurso, disputando o como e o que dizer, mas lutam pelo seu direito ao discurso. Nessa ordem de raciocínio, a prática discursiva constitui-se como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. (FOUCAULT, 2005, p.133). Uma concepção dessa natureza não parece contraditória com a perspectiva retórica, visto que a prática discursiva da persuasão não pressupõe um Orador todo poderoso, livre e autossuficiente para organizar seu discurso, controlando a sua interpretação e seus efeitos; ao contrário, ele também está submetido às restrições que lhe impõem a linguagem,

o meio social e histórico, os seus valores e crenças e, mesmo, o poder do interlocutor a quem pretende persuadir.

Cabe, portanto, também ao analista em Retórica compreender o funcionamento do discurso na relação entre linguagem, sujeitos, história, sociedade e outras condições ou condicionantes, com atenção ao *como* são articuladas estas dimensões, como o discurso produz efeitos, como se configura e, além disso, *por que* se organiza desta ou daquela forma, por que recorre ou se socorre de determinados recursos quando poderia ter utilizado outros em seu lugar, considerando, sempre, os papéis sociais dos enunciadores¹⁰. Significa que o analista, mesmo estabelecendo recortes metodológicos, não deveria deixar de abordar *quem* produz o discurso e a quem é dirigido, sem esquecer as *circunstâncias* sociais, históricas ou motivacionais em que se tornou acontecimento – *contextualização*.

Análise retórica do discurso

A Retórica¹¹ configura-se como um dos modos mais antigos de estudar discursos, considerando-a como a arte (ciência) de observar, em cada discurso, o que é próprio para persuadir, tal como a definia Aristóteles. Todavia, o alcance e as implicações da expressão – análise retórica do discurso – não são os mesmos da expressão - análise de discursos retóricos (persuasivos). No primeiro caso, assume-se que todo discurso é retórico, na medida em que se trata de uma prática social efetivada na e pela linguagem, no seu relacionamento entre sujeitos, história, sociedade e outras determinantes, que exerce algum grau de influência e sofre alguma interferência, pelo menos, das circunstâncias, dos objetivos, do objeto, enfim, das condições em que se dá como acontecimento. Mosca (2004, p.23), por exemplo, diz que “todo discurso é uma construção retórica, na medida em que procura conduzir o seu destinatário na direção de uma determinada perspectiva do assunto, projetando-lhe o seu próprio ponto de vista, para o qual pretende obter adesão”. Assim, se a persuasão for entendida como a arte de influenciar o outro através da palavra, então todo e qualquer discurso tem sua retórica, às vezes mais, às vezes menos, explícita ou explicitada. Nessa ordem de raciocínio, o analista se debruça sobre

¹⁰ Em linhas gerais, correspondem aos pontos de vista dos sujeitos envolvidos na prática discursiva, ou seja, tanto daquele que enuncia o discurso quanto daquele a quem é dirigido, visto que ambos contribuem na constituição do discurso ao falarem (e ouvirem) de seus respectivos lugares sociais.

¹¹ Retórica, com inicial maiúscula, refere-se à disciplina ou campo de estudos, cujo objeto é a retórica (com r minúsculo) – a arte (técnica) de proferir discursos persuasivos.

qualquer discurso e estende seu ferramental analítico sobre ele, buscando responder à questão: *Considerando os objetivos do discurso, qual é a retórica com que pretende alcançá-lo?* Aponta-se, portanto, para uma metodologia (não prescritiva) que oriente o analista na condução de suas investigações para responder a aspectos inscritos no bojo da questão geral acima enunciada.

Ao assumir que todo discurso tem sua retórica, assume-se, também, que todo discurso gera alguma influência no meio social em que é proferido e, ao mesmo tempo, que a retórica de um discurso é uma qualidade que o particulariza e abrange, portanto, os meios que contribuem para a persuasão. Neste caso, a compreensão do conceito de persuasão se amplia, vinculando-se aos objetivos de um discurso e, assim, o analista enfrenta o desafio de identificar quais são (os objetivos) e como o autor pretende alcançá-los.

Toda comunicação envolve retórica. Um falante ou escritor tem algum tipo de propósito e a retórica implica os meios para atingi-lo, ou para, pelo menos, tentar atingir tal objetivo, considerada a cultura em que se insere. Os gregos e romanos concebiam este propósito como *persuasão*, e, portanto, o conceito assumia uma significação mais geral e abrangente do que aquela que lhe atribuiria um cientista social contemporâneo.¹² (KENNEDY, 1999, p.2).

Amplia-se, neste caso, o próprio conceito de Retórica: teoria da influência mediante o discurso ou, então, teoria da comunicação eficaz, ou seja, estudo dos meios que fazem um discurso alcançar seus objetivos. Modifica-se, portanto, o enfoque da pergunta-chave do analista: no lugar de perguntar pelo que faz com que determinado discurso seja persuasivo, pergunta pelo que o torna eficaz. Trata-se de um posicionamento desafiador, na medida em que se torna mais difícil encontrar suporte teórico e metodológico no âmbito do que até hoje se escreveu na área. Será preciso apoiar-se em outras teorias e áreas do conhecimento e estabelecer interfaces com disciplinas que igualmente se dedicam ao estudo da comunicação e do discurso e, mesmo, construir um dispositivo de análise adequado, partindo do princípio de que um discurso tem diversos e diferentes objetivos, sendo a persuasão apenas um deles.

Além disso, é preciso considerar, ainda, que além da linguagem, há outros aspectos que interferem no processo persuasivo: os interesses do auditório, os relacionamentos entre este e o orador, a relevância do que está sendo proposto, por exemplo, são fatores que facilitam, dificultam, ou, mesmo, inviabilizam a aceitação (ou não) de um ponto de vista. O discurso

¹² All communication involves rhetoric. A speaker or writer has some kind of purpose, and rhetoric includes the ways of accomplishing, or attempting to accomplish, that purpose within a give culture. The Greeks and Romans thought of this purpose as persuasion, but by that they meant something more general than persuasion as understood by a modern social scientist". (KENNEDY, 1999, p.2).

organizacional, por exemplo, perpassa por estratégias para superar barreiras de resistência que, na maioria das vezes, se erguem em função de questões que até mesmo o uso eficaz da linguagem não consegue transpor. (CIALDINI, 2006). Trata-se de determinantes psicossociais que se inscrevem no discurso por via indireta e suas marcas linguísticas não se mostram claramente, ou mesmo, sequer se configuram. Observe-se que a teoria retórica convencional, voltada para a identificação de argumentos, figuras e estratégias discursivas mais ou menos técnicas ou emotivas, por exemplo, parece debruçar-se apenas sobre o material linguístico, não concedendo atenção às condições em que o discurso é produzido, às circunstâncias em que se insere e ao conjunto de valores, crenças e interesses que entram em jogo quando a adesão está em jogo. Acrescente-se, ainda, que há diferentes teorias da persuasão (DAINTON e ZELLEY, 2005) e, portanto, amplia-se o próprio espectro das possibilidades analíticas e pressupostos teóricos a considerar quando se trata de analisar a retórica de um discurso, estendendo-se a compreensão da própria Retórica para algo como teoria geral da persuasão.

Diferentemente da abordagem anterior, quando se trata da expressão “análise de discursos retóricos”, a restrição se mostra imediata; fica estabelecido, de início, um recorte no objeto a ser investigado, pressupondo que no universo das práticas de linguagem há um conjunto de discursos com características específicas, cujo objetivo particular e explicitado se resume a persuadir um interlocutor para que assuma determinada ideia, valor ou ponto de vista e, mesmo, desenvolva certa ação. Transparece certa circularidade, ou seja, com ou sem conhecimento teórico, já se saberia que se trata de um discurso persuasivo (retórico). Assim, o analista já seleciona previamente determinado discurso e se propõe a descrever e explicitar quais as características que apresenta. Assume, portanto, que nem todo discurso é retórico. É o ponto de partida, por exemplo, de Reboul (2000) que, nas páginas iniciais de seu livro categoriza os discursos em persuasivos e não persuasivos. Neste caso, o analista parte do princípio de que apenas determinados documentos são passíveis de análise retórica porque se trata de discurso com um objetivo claro e pré-determinado – persuadir. Sua questão geral se resume a: *o que faz com que o discurso em tela seja persuasivo*, ou, mais especificamente, *quais são os meios discursivos (técnicas argumentativas, estratégias interativas, recursos estruturais e de linguagem) que o autor mobiliza para alcançar a adesão do interlocutor?*

Parece, portanto, que a “análise de discursos retóricos” se mostra subordinada a uma proposta analítica mais ampla e desafiadora – a análise retórica do discurso. Assim, desde logo o estudioso deverá estabelecer os limites de sua análise, orientando-se por uma das duas questões gerais acima indicadas: no primeiro caso, poderá qualificar a retórica de um discurso

como (predominantemente) técnica, passional, emotiva, pessoal, etc; no segundo, apontará quais técnicas, estratégias ou recursos foram acionados pelo orador para alcançar a adesão, podendo especular, inclusive, quais as possibilidades de êxito. Pode-se acrescentar que as duas questões gerais não são excludentes e que a segunda auxilia a esclarecer a primeira.

Resta, portanto, ao analista definir a amplitude em que pretende desenvolver sua análise, ou seja, em decidir como e em que extensão interpreta a Retórica como descrição dos recursos (linguísticos e psicossociais) que são capazes de promover a persuasão. Está em questão a própria compreensão da Retórica num sentido mais geral, como teoria da persuasão ou, mais restritamente, como teoria do discurso persuasivo. No primeiro caso, ainda que não se trate de um estudo que alcance o status de disciplina (independente), estaria sendo buscado o preenchimento de uma lacuna que se encontra diluída no conjunto teórico-metodológico da Teoria Retórica, objetivando estabelecer diretrizes que auxiliem na análise retórica sob uma perspectiva mais ampla. Tanto numa quanto em outra perspectiva, tratando-se de analisar retoricamente o discurso, está sendo assumido que o quadro analítico se moverá dentro dos conceitos e princípios que a teoria retórica já oferece ou daqueles que ainda virá a construir. Acrescente-se, ainda, que compreendendo o discurso como prática social, sua análise pressupõe como ponto de partida – e de chegada – que o discurso (persuasivo) cria e modifica não somente as mentes das pessoas (GARDNER, 2005), mas interfere no ambiente social e histórico, construindo novas interpretações dos acontecimentos de acordo com o que é justificado e aceito (ou não) em dada cultura, história ou sociedade.

Isso aponta para uma dificuldade a mais que enfrenta o analista do discurso ao tomar a Retórica como referencial: trata-se de uma teoria necessariamente interdisciplinar, cujas bases foram constituídas antes mesmo que a divisão das ciências fosse levada ao extremo, inscrevendo-se simultaneamente nas ciências sociais, humanas e da linguagem. Pode-se dizer, portanto, que a Retórica, assim como outras teorias relativas aos discursos, é uma interdisciplina porque o discurso é fenômeno simultaneamente histórico, social e linguístico. Além disso, a própria persuasão, na medida em que implica determinantes sociais – se dá na interação entre sujeitos -, determinantes psicológicas – trata-se de um processo cognitivo – e determinantes da linguagem – escolhas e restrições quanto ao que dizer e como dizer – é um processo complexo e multifacetado que exige abordagem interdisciplinar, inclusive com as contribuições do senso comum. Trata-se, portanto, de abordar interdisciplinarmente o discurso persuasivo pelas características complexas e dinâmicas do objeto e não por uma questão de opção metodológica. Acrescente-se que esta interdisciplinaridade se amplia porque os discursos inscrevem-se em

diferentes esferas públicas, com características ora específicas, ora compartilhadas: jornalística, publicitária, jurídica, religiosa, didática, administrativa, científica, entre outras. Além disso, o analista precisa estar atento aos gêneros discursivos¹³ que também interferem no modo de estruturação do discurso e, por conseguinte, nos modos de organizar, desencadear e ampliar as possibilidades persuasivas que oferece. Essas questões implicam que uma análise retórica também passe pela apresentação e pela caracterização do discurso, objeto de análise.

Na medida em que se trata de analisar e de compreender como e por que um discurso produz persuasão, pressupõe-se uma abordagem qualitativa na sua análise e interpretação. Assim, os resultados da análise, ainda que por vezes admitam a formulação de quadros ou tabelas (quantificações), não são passíveis de interpretação estatística, ou seja, sempre se apoiam na experiência (talvez introspecção) do analista como pesquisador, da confrontação de seus resultados com o de outros pesquisadores e, mais ainda, na articulação entre a teoria estabelecida e os dados encontrados como meio de assegurar a confiabilidade possível.

A palavra *qualitativa* implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente (se é que são medidos de alguma forma) em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência. Os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação. [...] Buscam soluções para as questões que realçam o *modo* como a experiência social é criada e adquire significado. (DENZIN e LINCOLN, 2006, p.23).

A análise retórica inscreve-se, portanto, na pesquisa qualitativa, amparada na metodologia reflexiva. Entende-se a reflexão “como as próprias interpretações do pesquisador, a capacidade de olhar suas próprias perspectivas da perspectiva dos outros, bem como a capacidade de autocrítica acerca de sua autoridade como intérprete e como autor”. (VERGARA, 2010, p.172). Pressupõe, portanto, como elemento importante a reflexão e a responsabilidade interpretativa do pesquisador, o que implica uma subjetividade controlada pelo confronto com a teoria subjacente às análises e uma postura cética (exercício constante da dúvida) frente a possíveis indicativos que os resultados apontam.

¹³ Para Aristóteles eram três os gêneros discursivos: judiciário, deliberativo e epidítico, julgamento, aconselhamento e louvor (censura), respectivamente. Os avanços tecnológicos da Modernidade, no entanto, fizeram surgir outros gêneros que se renovam e mesclam constantemente e, por isso, a própria teoria retórica precisou de atualização, constituindo-se, assim, uma Nova Retórica, que, embora amparada nos estudos e princípios clássicos, precisou estabelecer novos conceitos e metodologias para dar conta dos discursos de hoje.

Vale ressaltar, ainda, que nem toda a análise retórica tem como objeto apenas o discurso verbal. Na sua interface com os estudos semióticos é possível, por exemplo, analisar a retórica de determinado projeto arquitetônico como, por exemplo, o das igrejas barrocas, cuja estrutura tridimensional – uma entrada para a apresentação, uma nave para a remissão e um altar para a adoração e o perdão – produzia um efeito persuasivo sobre os fiéis na medida em que, percorrendo os diversos espaços, persuadiam-se de que a salvação e a glória na vida eterna passavam pelo respeito ao que a igreja determinava. Tem-se, portanto, que outros objetos semióticos – com outras linguagens, que não a exclusivamente verbal – são passíveis de análise retórica, necessitando, porém, de um instrumental teórico-analítico apropriado. Assim, quando falamos de análise retórica do discurso estamos admitindo que as fontes de análise podem restringir-se à linguagem verbal, mas também quando esta se mostra imbricada com outras linguagens (audiovisual) tal como os discursos publicitários, por exemplo. Cabe lembrar que, em grande parte, a teoria retórica já publicada ainda toma como pressuposto a linguagem verbal, sinalizando que ainda carece de princípios mais elaborados e contundentes quando se trata de discurso multimidiático.

É relevante enfatizar, ainda, que uma das grandes dificuldades metodológicas da análise retórica está na identificação dos resultados que determinado discurso persuasivo tem alcançado, ou seja, de saber em que medida o orador efetivamente conseguiu persuadir, dificuldade que se amplia quando se trata de um Auditório mais amplo e heterogêneo.¹⁴ Uma pesquisa de campo conseguiria revelar uma resposta pelo menos aproximada. Um exemplo clássico: determinado candidato foi eleito (apenas) em função do seu discurso (persuasivo), ou outros fatores interferiram? Ao se tratar da persuasão de um único ouvinte, isso seria mais facilmente observado, ressaltando-se, todavia, que o interlocutor poderia concordar momentaneamente, até para não constranger a quem lhe dirigiu a palavra, ou mesmo mostrar-se indiferente e, ainda, assumir uma postura de concordância quando, de fato, no seu foro íntimo, estaria discordando decididamente. Tem-se, assim, que o desenvolvimento da análise retórica exige rigor metodológico redobrado, apoiando-se em conceitos já devidamente testados e teoricamente estabelecidos pela literatura na área, além de considerar que seus resultados sempre se mostram no universo do provável e assumem maior consistência na medida em que forem consistentemente fundamentados. Isso não deve significar demérito da investigação conduzida pelo analista, até porque todo o discurso científico é clara e necessariamente retórico.

¹⁴ Chabrol e Radu (2008), no 1º capítulo de sua obra, relatam diversas experiências realizadas junto a diferentes grupos de informantes, mostrando como acontece a persuasão discursiva.

(SANTOS, 1989). Assim, não há circularidade em afirmar, ou assumir, que todo o discurso resultante da análise retórica tem sua retórica e implica, sempre, um esforço para persuadir o leitor (examinador) de que se trata de estudo rigoroso e os resultados são consistentes porque se apoiam no que o discurso permite afirmar.

A análise retórica de discursos: aspectos a considerar

Tendo como pano de fundo as considerações acima, apresenta-se, na sequência, um conjunto de aspectos que, minimamente, deveriam ser contemplados quando se trata de analisar discursos numa perspectiva retórica. Convém assinalar, no entanto, que não se pretendem exclusivas e, muito menos, exaustivas, constituindo, apenas, um possível quadro de referência para analisar discursos que convencionalmente são considerados persuasivos: aqueles cujo objetivo preponderante reside em conquistar a adesão de um ouvinte, leitor ou espectador para uma crença, valor ou atitude que lhe está sendo proposta, até porque se espera do analista que construa seu dispositivo de análise (ORLANDI, 2002), numa constante atividade reflexiva de idas e vindas entre teoria, interpretação e resultados.

Assim, articulada com a natureza da pesquisa qualitativa e da metodologia reflexiva, a análise retórica se dá como processo teórico-metodológico em que categorias previamente estabelecidas como referencial analítico poderão ser revistas, resignificadas ou, mesmo, abandonadas. Mais do que isso: a depender do aspecto contemplado, categorias poderão (e deverão) ser construídas para dar conta da abordagem que se pretende, exigindo que sejam devidamente descritas e consistentemente justificadas. Percebe-se que a questão orientadora da análise retórica, tanto quanto, ou mais ainda, do que em qualquer projeto de pesquisa, necessita ser claramente elaborada e, se for o caso, redefinida de modo a dinamizar e assegurar o processo com ênfase no resultado que se pretende.

Articulada com a problemática anterior, outra questão a ser enfrentada pelo estudioso da Retórica reside nas diversas terminologias – nem sempre claras – que dizem respeito à própria natureza desta análise. Em Bauer e Gaskel (2002), por exemplo, são apresentadas duas metodologias analíticas:

Análise retórica – planejada para produzir seu efeito máximo em discursos completos, convencionais e com objetivos sociais. As falas de políticos, os editoriais de jornais e os discursos de advogados são fontes clássicas para análise retórica. [...] Em síntese, a análise retórica é uma arte interpretativa. (LEACH, 2002, p.307-8); *Análise argumentativa* – trata de trazer o argumento para o primeiro plano da pesquisa social sobre debates públicos. Tem como objetivo oferecer uma visão metodológica compreensiva das estruturas da argumentação, com propósito de compreender melhor os parâmetros que influenciam os debates públicos. (LIAKOPOULUS, 2002, p.218).

Ao mesmo tempo em que os autores procuram diferenciar uma análise da outra com base nos gêneros discursivos tomados como fonte – discursos completos para a análise retórica; debates públicos, para a argumentativa -, revelam assumir determinada postura teórica: a argumentação, como estrutura, articulação e uso dos argumentos não se inscreveria na prática retórica, como se não objetivasse favorecer a aceitação de uma tese ou não teria objetivos sociais. O risco dessa abordagem é esquecer que a argumentação, diferentemente da demonstração, sempre está voltada para um auditório e, ao mesmo tempo, que a prática retórica pressupõe, necessariamente, o uso de argumentos.

Outro autor, Martins, (1996), caracteriza este tipo de estudo como análise retórico-argumentativa¹⁵, sem mostrar maiores preocupações em relação ao mérito teórico-metodológico da sua opção. À pergunta retórica que ele mesmo se faz – “Em que é que consiste a análise retórica do discurso?” – responde dizendo que “a análise interessa-se pela estrutura do discurso que é proferido em público”, acrescentando que “do ponto de vista retórico, a argumentação é ‘então’ entendida como o conjunto de estratégias que organizam o discurso persuasivo”. (p.116). Parece assumir uma perspectiva mais ampla da argumentação, inserindo nela todos os recursos discursivos que favorecem a persuasão. Interessante observar que Pessoa (2004), mesmo utilizando a mesma definição de Martins para a análise retórica, intitula seu Artigo como “A análise retórica de acordo com Perelman”, o que causa certo estranhamento porque na obra perelmaniana predomina a abordagem teórica das técnicas argumentativas e a respectiva classificação e categorização dos argumentos – *logos*, com menor destaque¹⁶ para questões de natureza emotiva – *pathos* – ou da ordem da credibilidade do orador – *ethos*, dimensões geralmente inscritas na retórica. Subjacente, portanto, às diferentes dimensões e alcances inscritos nos conceitos de retórica e de argumentação, como sinônimas,

¹⁵ Mosca (1990), por exemplo, intitula sua Tese de Doutorado como *A subjetividade no Editorial: uma análise retórico-argumentativa*.

¹⁶ Mosca, (2004), no entanto, defende a presença das marcas de afetividade na obra de Perelman.

complementares ou autônomas, reside a problemática em assumir que a teoria da argumentação seja equivalente (sinônima de) à Retórica, o que não parece questão resolvida.

Essa profusão, difusão ou, mesmo, confusão de nomenclaturas e metodologias demanda um esforço adicional para o analista, indicando o quanto é relevante a discussão dos encaminhamentos adotados e, ao mesmo tempo, a justificativa da escolha adotada. Ou seja, uma das primeiras tarefas (árduas, mas fundamentais) do analista reside em especificar e justificar sua decisão analítica – análise retórica, argumentativa, retórico-argumentativa: dependendo dela irá caracterizar o discurso analisado como persuasivo, argumentativo, retórico ou até, retórico-argumentativo. Além disso, para manter a uniformidade (possível), deverá indicar e justificar se opta por técnicas argumentativas, estratégias argumentativas, argumentos, estratégias retóricas, estratégias persuasivas, ou algo similar. Ao mesmo tempo, suas decisões perpassam pela abordagem da retórica e da argumentação como processos discursivos distintos, complementares ou imbricados. Martins e Grácio (2010, p.5), por exemplo, dizem que “o tema da argumentação e da retórica se foi progressivamente afirmando no panorama cultural...”¹⁷, indicando que se trata de duas realidades distintas, pelo menos teoricamente.

Diante desse cenário, nem sempre animador, opta-se, aqui, por uma compreensão da Retórica que assume, tal como Aristóteles¹⁸, que a argumentação é um dos recursos – nem sempre o mais importante – que contribui para o processo de persuasão, considerando que o discurso persuasivo implica necessariamente o uso de argumentos; do contrário se inscreveria na manipulação ou na sedução – processos menos transparentes (e consistentes) para conquistar o interlocutor. Assim, quando se trata de análise retórica do discurso, a análise da argumentação se pressupõe subentendida, ou seja, um dos possíveis objetivos traçados para a análise retórica do discurso pode consistir na descrição, compreensão e interpretação dos argumentos ou das estratégias (técnicas) argumentativas utilizadas ou predominantes.

Uma vez definido o discurso (ou discursos) que serão submetidos à análise, configura-se a tarefa de delimitar que aspecto(s) será contemplado: mesmo que o analista opte por contemplar tão somente o *logos*, ou seja, a identificação, classificação e articulação dos argumentos em função da tese defendida pelo orador, o desenvolvimento do seu trabalho poderá exigir nova delimitação, atendo-se a argumentos predominantes. Poderá, por exemplo, deter-se sobre a frequência e o papel persuasivo do argumento de autoridade em determinado discurso,

¹⁷ E Emereen e Groothendorst, [...], sequer contrapõe retórica e argumentação. Intitulam sua obra como Teoria da argumentação: uma abordagem pragma-dialética.

¹⁸ Para o filósofo grego, a Retórica se compõe de uma Teoria da Argumentação, da Elocução, da Disposição e da Ação. (Os romanos acrescentaram uma teoria da Memorização).

ou então, sobre a conjugação deste com a argumentação pelo exemplo num mesmo discurso, buscando mostrar como ambos se articulam e se complementam na defesa da tese. Poderá optar, também, por privilegiar a abordagem de aspectos afetivo-emotivos explorados no discurso como estratégia persuasiva, por estratégias de relacionamento entre os interlocutores, pelo papel e impacto das figuras, pela organização geral do discurso, pela presença de certas expressões recorrentes na sua articulação com o propósito do discurso, enfim, dentro deste amplo e diversificado “cabelo”, escolher o foco que deverá orientar a análise, sempre com a preocupação de torná-la aprofundada, consistente e merecedora de confiança.

Como todo o discurso é acontecimento simultaneamente linguístico, histórico e social e em função disso é que significa e produz efeitos, qualquer análise não deve passar ao largo de sua *contextualização*: precisa descrever, para depois compreender e interpretar, as circunstâncias sociais e históricas em que o discurso aconteceu, além de considerar suas motivações – por que aconteceu. Mesmo que o analista opte pelos conceitos retóricos convencionais de Orador e Auditório, precisa considerar que se trata de sujeitos social e historicamente situados, com seus valores, crenças e interesses, pois o *Orador* se pronuncia em determinada condição institucional, cultural e social e, portanto, não se restringe unicamente àquele que efetivamente escreve ou pronuncia o discurso: fala como candidato, juiz, professor, líder empresarial, por exemplo. Ainda que diga estar falando em seu próprio nome ou especifique que está falando como profissional da área, na condição de leigo ou como “simples mortal”, é preciso estar atento ao efeito que essa enunciação acarreta: para compreender possíveis efeitos persuasivos que são promovidos, mobilizados ou descartados, o analista deveria perguntar-se por que essa condição foi acentuada. A mesma atenção deve ser dedicada ao Auditório: uma análise não poderia restringir o *Auditório* àqueles efetivamente presentes quando de um proferimento oral, por exemplo: dependendo do alcance social do evento em que o discurso acontece, a mídia está presente, transmite simultaneamente ou recorta passagens para publicar posteriormente e, portanto, também faz parte do Auditório, ainda que o Orador esteja se dirigindo a um grupo de ambientalistas, por exemplo. Em suma, a análise deveria dar conta deste *Auditório Complexo*: os interlocutores imediatos, efetivos e mesmo estimados inscritos no acontecimento discursivo, seja ele oral ou escrito.

Também é preciso salientar que ao analista não basta dizer que determinada *estratégia* é persuasiva, dado que assim consta na teoria retórica: é preciso um passo além, um esforço adicional, justificando o porquê de aquela estratégia se mostrar ou funcionar como elemento de persuasão. Por exemplo: a teoria retórica assenta que a metáfora é recurso persuasivo, mas é

preciso dizer por que razões aquela metáfora, nas condições em que aparece no discurso, funciona persuasivamente. Implica recuperar a analogia que lhe subjaz e lhe dá origem, além de considerar que o processo de conhecimento bem como a sua construção se dá mediante procedimentos cognitivos analógicos, por exemplo. Se a analogia estiver bem estabelecida, a ponto de não poder ser questionada, amplia-se a sua possibilidade persuasiva na medida em que o interlocutor não teria como negá-la. A efetiva contribuição do analista aparece nesta racionalização, afastando-o da mera aplicação de conceitos retóricos.

Estas e outras questões apontam para o estabelecimento das *unidades de análise*: como se trata de análise do discurso, dificilmente uma palavra, frase ou enunciado (unidade teoricamente pragmática) se mostram suficientemente completas para sustentar o uso de determinada estratégia pelo Orador. Assim, a extensão das unidades de análise – passagens (ou fragmentos) iguais, menores e mesmo maiores que um parágrafo - passa a ser dimensionada em função da categoria analítica que se pretende abonar e da necessidade que determinada interpretação exige para que seja bem compreendida. Caso se pretenda, por exemplo, analisar como o Orador constrói sua credibilidade no discurso – *ethos* -, será preciso amparar-se em categorias já teoricamente estabelecidas ou então criá-las e descrevê-las adequadamente, sempre abonando as afirmações com as respectivas passagens do discurso, mostrando onde se encontram e como produzem seus efeitos sobre o Auditório. Vale o mesmo, quando a opção for pela análise da afetividade – *pathos* – que é ativada pelo Orador a fim de criar um clima de empatia com seu Auditório, direcionando, na medida do possível, a sua emotividade favoravelmente à proposta em causa.

Mesmo que se trate de analisar a *organização estrutural* do discurso, a complexidade maior ou menor da fonte (documento) deverá indicar o dispositivo analítico adequado, ou seja, mesmo que previamente o analista vá para a análise com seu arcabouço metodológico, não deveria aplica-lo como “camisa de força”, permitindo ao objeto a condição de sujeito, de modo que este aponte para a configuração do dispositivo analítico mais adequado. Além disso, o analista sempre deve ter presente que é na dinâmica do discurso em análise que as estratégias produzem (ou não) seus efeitos, isto é, que no discurso como acontecimento que se constitui em determinadas condições e com razões mais (ou menos) explicitadas é que as estratégias ampliam ou reduzem seu potencial para persuadir. A estrutura do relatório – resultados da análise -, portanto, nem sempre se inscreve na apresentação estética que o analista gostaria: define-se, ou resulta, antes, da adequação e da pertinência do que os dados pretendem mostrar,

da melhor maneira que o fruto do seu trabalho interpretativo possa tornar-se teoricamente aceitável e analiticamente acessível.

Consistência nos resultados da análise

A qualidade e a confiabilidade dos resultados (mais ou menos definitivos) que uma análise retórica produz passam pela capacidade criativa e reflexiva do analista, tangenciando em todo momento as interpretações subjetivas e a adequação dos resultados às perspectivas previamente estabelecidas. Trata-se de um risco enfrentado por todo pesquisador nas ciências sociais e humanas, pois mesmo o sujeito pesquisador, a não ser artificialmente, continua sujeito do seu dizer e, portanto, também sujeito às restrições e condições em que o discurso, mesmo o analítico, se torna acontecimento. O controle possível passa, assim, por uma postura cuidadosa do analista para que não se deixe enganar pela suposta transparência do discurso e que se monitore frequentemente em relação às análises que desenvolve, perguntando a si mesmo em que medida não estará interpretando o que deseja e não o que o discurso efetivamente permite.

Significa que, por um lado, a interpretação analítica deve estar assegurada pela constante articulação com as bases teórico-metodológicas estabelecidas e, por outro, na sustentação clara, precisa e consistente da categorização estabelecida de modo a que possa ser compreendida e, se for o caso, replicada por outros pesquisadores a fim de consolidar sua consistência. Ou seja: não basta estabelecer categorias analítico-descritivas e constatar que determinada unidade de análise nelas se enquadra; é necessário justificar por que se enquadra. Mais ainda no caso da análise retórica: não é suficiente dizer que se trata de uma estratégia que produz persuasão apenas porque outros teóricos já o disseram; exige-se do analista que explicita e justifique em que reside seu potencial persuasivo no discurso em tela e em como está sendo explorada. Lembre-se que também o propósito fundamental da análise retórica está menos no que o discurso diz e mais, e primordialmente, no como e por que diz em razão dos efeitos que pretende produzir em termos persuasivos. No limite, o analista deveria orientar-se pelo convencimento de um auditório universal (PERELMAN, 1996), ou seja, suas análises deveriam pautar-se pela irrefutabilidade do que suas análises apontam, pelo menos de todos e quaisquer seres humanos dotados de razão. Nota-se, por aí, que o texto resultante da análise retórica é sempre, e mais ainda do que em outras áreas do conhecimento, um produto inacabado, mas persuasivo em toda sua extensão: o analista precisa convencer (persuadir) a si mesmo, aos seus pares da Academia

e ao público interessado que a sua análise não apresenta inconsistências teóricas e nem subjetividades que o próprio discurso deixaria de abonar.

Mesmo considerando que um Artigo científico, Ensaio ou Resenha já se destinem a um público especializado e, portanto, seja possível pressupor um conhecimento prévio da parte do leitor, as decisões metodológicas precisam ser contempladas no âmbito e na consistência que o estudo exige. Ainda que não seja possível dedicar-lhes um item específico, as diferentes possibilidades parecem exigir que o analista invista boa parte do seu tempo e significativo espaço em sua abordagem e explicitação. Precisa deixar claros, para si e para os outros, os encaminhamentos adotados, justificando por que optou em estudar e apresentar seus dados desta ou daquela maneira, adequando os procedimentos ao que as análises e os dados exigem e não a configurações metodológicas prévias que poderiam empobrecer suas considerações.

Além disso, é necessária uma rigorosa e bem focada fundamentação teórica que dará suporte e controle às análises desenvolvidas. Os conceitos, com as respectivas definições normativas – aquelas que especificam o sentido e o uso que o conceito assumirá no trabalho em questão – precisam ser criticados, compreendidos e justificadamente assumidos. Para isso, o problema – a tese do artigo - necessita de delimitação clara e rigorosa a fim de assegurar uma resposta consistente a um objetivo específico. Assim, para que o estudo não seja caracterizado como superficial ou desconexo, é necessário que o analista se mantenha focado naquele aspecto escolhido para análise. Dessa forma, a objetividade (razoável) – foco no objeto da análise – da abordagem e do seu produto balizará um resultado consistente e compreensível que possa servir como suporte, inclusive, para futuros desenvolvimentos.

Considerações finais

Numa sociedade que, até certo ponto, busca respostas imediatas e, de preferência, soluções ou aportes bastante pragmáticos (voltados para resultados relevantes) para suas questões mais rotineiras, ainda haveria lugar para a retórica? Perelman (1993, p.13), ao abordar o declínio e, mesmo, a compreensão pejorativa que ainda predomina na área, diz: “se, no entanto, faço hoje questão em insistir no papel da retórica, é porque as minhas investigações me convenceram da importância desta disciplina para o pensamento contemporâneo”. Diante desse quadro, às vezes mais favorável e outras nem tanto, pode ser perguntado, agora de maneira mais específica, se no universo da Academia ainda haveria lugar para o desenvolvimento de análises retóricas? Em outras palavras, em que residiria a relevância social,

não apenas acadêmica, da análise retórica de discursos? Uma resposta não poderia ser completa, única ou definitiva, mas algumas linhas de raciocínio e, portanto, da racionalidade e da racionalização desta atividade podem ser apontadas. O pleno (ou pelo menos razoável) exercício da cidadania passa pela capacidade argumentativa e consequente potencial comunicativo dos cidadãos na busca de seus direitos e, para isso, é importante que saibam estabelecer e justificar claramente o que estão pretendendo e, se necessário, envolver sua solicitação numa atmosfera de emotividade e credibilidade que favoreçam a aceitação do seu pedido ou alcance da reivindicação. E a compreensão da análise retórica, até por que desenvolvida sobre um discurso já proferido, permite entender as bases em que se desenvolve o processo da persuasão e, portanto, pode servir como apoio para a produção de discursos.

Assim, a análise retórica contribui para que o cidadão assuma postura mais crítica e menos passiva diante dos discursos de diversa ordem, origem ou natureza – jornalística, política, religiosa, administrativa, jurídica, entre outras - que, no seu cotidiano pretendem lhe desenhar um modo de viver e de pensar. Os discursos publicitários, por exemplo, bombardeiam constantemente o cidadão com ofertas mais ou menos transparentes sobre serviços, produtos e ideias a serem consumidas num ritmo desenfreado e, de preferência, moldado pela pressa, sempre numa acepção de última ou única oportunidade. A força persuasiva destes e de outros discursos pode ser contra-atacada e barrada na medida em que o cidadão tiver capacidade de leitura e discernimento suficientes para conhecer os mecanismos retóricos em que se apoiam e as estratégias persuasivas que exploram.

Significa dizer que a análise retórica atua como instrumento crítico na interpretação e recepção de discursos, fornecendo elementos que permitem ao cidadão aderir ou resistir com conhecimento de causa, ou seja, quanto mais e melhor souber como os efeitos persuasivos são produzidos e mediante quais estratégias são explorados, melhor condição reúne para interpor barreiras ao que lhe está sendo proposto. Em suma, a análise retórica do discurso oferece suporte acadêmico e social para que o cidadão, de um lado atinja seus objetivos na sociedade mediante a elaboração de um discurso convincente, porque consistente, cativante e confiável e, de outro, torne-se um interlocutor que não se deixa persuadir com facilidade porque conhece os meandros em que o processo de persuasão se configura.

Referências

- ABAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou. 1982.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Trad. Antônio P. de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro. 2002.
- _____. **Tópicos e dos argumentos sofisticos**. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural. 1973. (Col. Os Pensadores – Vol. IV).
- CHABROL, C ; RADU, M. **Psicologia da comunicação e persuasão: teorias e aplicações**. Trad. Maria João B. Reis. Lisboa: Instituto Piaget. 2010.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Coord. de Tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto. 2004.
- CIALDINI, R. P. **O poder da persuasão: você pode ser mais influente do que imagina**. Trad. Marcello Lino. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: HSM. 2006.
- DAINTON, M.; ZELLEY, E.D. **Applying communication theory for professional life: a practical introduction**. Thousand Oaks/California: Sage Publications. 2005.
- DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Trad. Sandra R. Netz. Porto Alegre: Artmed. 2006.
- DURKHÉIM, E. As regras do método sociológico. In: OLIVEIRA, P. de S. (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec/Unesp. 1998.
- EEMEREN, F. H.; GROOTENDORST, R. **A systematic theory of argumentation: the pragma-dialectical approach**. Cambridge: CUP. 2004.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Trad. Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense. 2005.
- GARDNER, H. **Mentes que mudam: a arte e a ciência de mudar as nossas ideias e as dos outros**. Trad. Maria A.V. Veronese. Porto Alegre: Artmed/Bookman. 2005.
- GILL, R. Análise de discurso. In: BAUER, M.W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis: Vozes. 2008. p. 244-270.
- KENNEDY, G. A. **Classical Rhetoric & its christian & secular tradition from ancient to modern times**. Carolina do Norte. USA: The University of North Carolina Press. 1999.
- LEACH, J. Análise retórica. In: BAUER, M.W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis: Vozes. 2008. p. 293-318.

LIAKOPOULUS, M. Análise argumentativa. In: BAUER, M.W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. .7. ed. Petrópolis: Vozes. 2008. p.218-243.

MARTINS, M. L. **A análise retórico-argumentativa do discurso**. Comunicação apresentada no âmbito das I Jornadas de Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais realizadas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 4 e 5 de Outubro de 1996. In: <http://hdl.handle.net/1822/23862>. Acesso em 06/08/2015.

MARTINS, M. L.; GRÁCIO R. Nota introdutória: o discurso argumentativo e as práticas sociais. In: **Revista Comunicação & Sociedade**. V. 16, p. 05-10. 2009.

MORIN, E. **O Método 3. Conhecimento do conhecimento**. Trad. Juremir Machado da Silva. 4. ed. Porto Alegre: Sulina. 2008.

MOSCA, L.do L. S. A teoria perelmaniana e a questão da afetividade. In: CHAGAS OLIVEIRA, E. (Org.). **Chaïm Perelman: direito, retórica e teoria da argumentação**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Filosofia. 2004. p. 129-40.

MOSCA, L. do L.S. **Retóricas de ontem e de hoje**. 3. ed. São Paulo: Humanitas. 2004.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 4. ed. Campinas: Pontes. 2002.

PÊCHEUX, M. **Analyse authomatique du discours**. Paris: Dunod. 1969.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes. 1996.

PERELMAN, C. **O império retórico: retórica e argumentação**. Trad. Fernando Trindade e Rui A. Grácio. Porto: Edições Asa. 1993.

PESSOA, M. do S. A análise retórica de acordo com Perelman. In: **Linguagem em (dis)curso**. Tubarão: LemD. V.4, N.2. p. 135-151. 2004.

POTTER, J. Discourse analysis and constructionist approaches: theoretical background. In: RICHARDSON, J.T.E. (Ed). **Handbook of Qualitative Research Methods for Psychology and the Social Sciences**. Leicester: British Psychological Society. 1996. p.125-140.

REBOUL, O. **Introdução à Retórica**. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal. 1989.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez. 2010.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em Administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2010.